

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**ARRIAGA, José de** (Horta, 1848 – Lisboa, 1921)

Nasceu na cidade da Horta, em 1848, numa família aristocrática descendente de flamengos, franceses e bascos, instalada há várias gerações na ilha do Faial. Os pais eram senhores de abastados vínculos, vivendo com desafogo (“Os Últimos Vínculos Arriaga Brum da Silveira e o Herdeiro Manuel de Arriaga” in *O Tempo de Manuel de Arriaga*, 2004, p. 156). Em 1861, José de Arriaga, então com 13 anos, instala-se em Coimbra com seu irmão Manuel. Oito anos mais novo, começará pelos estudos preliminares até ingressar na Faculdade de Direito, em 1864, concluindo o curso em 1869. Na Coimbra dos anos sessenta, a comunidade estudantil descobria novas preocupações culturais e políticas que estiveram na base de manifestações com forte impacto na opinião pública, como o protesto dos estudantes, organizados em sociedade secreta (a Sociedade do Raio), na sala dos Capelos, contra a autoridade do reitor (1862) ou a famosa “Questão Coimbrã” (1865). Por outro lado, o clubismo republicano mobilizava muitos estudantes: Antero de Quental, José Falcão, Emídio Garcia, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, entre outros (*O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. I, 1991, p.25). Foi neste ambiente que José de Arriaga viveu a sua adolescência e juventude, sob a tutela do irmão mais velho. É de crer que tenha aderido cedo ao republicanismo, embora o seu nome não apareça ligado a nenhuma espécie de activismo como acontece com o de Manuel de Arriaga. Acabada a Universidade, segue a carreira de conservador do registo predial, sendo sucessivamente colocado em Armamar, Resende, Benavente, Moura e, por fim, Reguengos, localidade onde não chegou a tomar posse, sendo por isso exonerado. É isto que sabemos. Não há informação mais precisa sobre a sua vida. Voltamos a encontrá-lo, após a implantação da República. É então colocado na Biblioteca Nacional, onde se mantém algum tempo, até que, “atacado por grande neurastenia”, emigra para o Brasil, “onde passou grandes privações”, nas palavras da entrada que lhe é dedicada na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Ainda, segundo a mesma fonte, regressou a Portugal, em data indeterminada, tendo-se instalado no Recolhimento das Merceiras, onde se encontrava um outro irmão, Miguel. Morre em 1921. Se conhecemos pouco da vida de José de Arriaga, ele deixou, todavia, uma importante herança constituída pelos seus livros. Enquanto Manuel de Arriaga se distinguiu essencialmente como político cuja carreira viria a culminar no cargo de Presidente da República, José de Arriaga afirmou-se como escritor. O seu primeiro trabalho - *A Influência do Cristianismo nas Ideias Modernas* – redigido em 1870, era ele um estudante de 22 anos, não chegou a ser editado. Depois de um



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

intervalo de 10 anos, escreverá *A Política Conservadora e as Modernas Alianças dos Partidos Políticos Portugueses* (1880), uma síntese da história política portuguesa, desde o Marquês de Pombal, contemplando as datas de 1808, 1820, 1836, 1846 e 1851, até 1879. Com este livro, José de Arriaga inicia a sua carreira de historiador e divulgador de uma nova teoria da história de Portugal, com destaque para o período contemporâneo, a qual ocupará um lugar central na propaganda republicana. Os republicanos acreditam que para chegar à República é necessário conquistar não só as elites cultas mas também a população urbana permeável às novas ideias políticas. Teófilo Braga, o chefe intelectual da causa republicana, empenhar-se-á inteiramente nessa tarefa. Professor do Curso Superior de Letras, dedica-se essencialmente à história da cultura e da literatura, sem, porém, deixar de dar o mote à história, disciplina que ele considera decisiva. Nas suas palavras “o maior serviço que se pode fazer a esta nação é recordar-lhe a sua história” (*As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, 1892, p.9). Não bastava recordar, era necessário reescrever a história do liberalismo de molde a justificar o projecto republicano de derrubar a monarquia, sem derrubar – ou antes, aprofundando – os princípios liberais inaugurados pela revolução de 1820. O título do livro de Teófilo, *Soluções Positivas de Política Portuguesa – Do Sistema Constitucional como Transigência Provisória entre o Absolutismo e a Revolução* (1879), constitui todo um programa. O que se pretende é desacreditar o regime constitucional construído pelos vencedores da guerra civil de 1834, à sombra da Carta Constitucional, desvirtuando e traíndo o ideário democrático da Revolução de 1820 e da Constituição de 1822. Será José de Arriaga a tomar para si a tarefa de fazer a história das revoluções liberais. Sem nunca abdicar de um estilo apaixonado e veemente, o escritor escreve de forma distinta consoante o público a que pretende dirigir-se: para as classes cultas, escreve obras extensas e cuidadas, fazendo uma narrativa muito circunstanciada dos acontecimentos, com forte base documental, como sucede nos seus estudos sobre 1820 e 1836. Para o público de extracção popular, escreve obras de teor mais panfletário, como é o caso de *A Política Conservadora...*. Respondendo ao imperativo político do Partido Republicano de descredibilizar os dois partidos da monarquia, o Progressista e o Regenerador, e, naturalmente, a própria Regeneração, Arriaga constrói uma narrativa segundo a qual o país, depois do momento libertador de 1820 e dos hiatos de 1836 e 1846, ficou nas mãos do “partido moderado ou conservador”, o qual conseguiu sempre impedir a concretização das reformas “francamente democráticas”, “com o fim, apenas, de fortalecer a realeza”, e, com isso, “todas as classes do velho regime” (*A Política Conservadora*, 1880, p. 459). Nesta sua obra inaugural de história, Arriaga utilizará insistentemente um conceito, o de democracia, essencial ao discurso republicano. Teófilo Braga apresenta a “aspiração democrática do povo português” como uma característica permanente, desde os tempos medievais (*História das Ideias Republicanas em Portugal*, 1880). Na mesma linha, Arriaga afirma que o “governo democrático” é o único regime capaz de concretizar as aspirações do “povo”, identificado com a “nação” e a “classe popular mais numerosa”, os “pequenos”, aliados às “mais classes”, todos em busca de “expandir o seu génio” e de concretizar o “seu legítimo desenvolvimento” (*A Política Conservadora...*, 1880, p.466). A Constituição de 1822, com a sua câmara única, os poderes diminuídos do rei e a “soberania do povo”, representou uma



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

época alta dos anseios democráticos. Depois, a nação não voltou a viver um momento tão auspicioso. Estamos em 1879 e Arriaga concede que a monarquia ainda pode erguer o país, se quiser, com a “formação de um partido democrático de homens honrados e sinceramente amantes da sua pátria”, um partido como o que surgiu em 1820, 1836 e 1846 (*Idem*, p.490). Esta contemporização é, porém, aparente. O terreno está a ser preparado para, em breve, a democracia se revelar incompatível com a monarquia. Nesta primeira obra de Arriaga encontramos ainda dois tópicos importantes na sua visão da história de Portugal – (1) o fascínio pela figura política do Marquês de Pombal, o seu empreendedorismo, os seus “planos gigantes” para elevar Portugal aos “fastígios da glória e do poder”, invertendo assim o clima de decadência instalado desde há muito (*Idem*, p.473); (2) a diabolização de dois países, a Inglaterra e a Espanha. Na literatura de oitocentos o ódio a Inglaterra foi muito cultivado, entre todos, por José Liberato Freire de Andrade, um liberal radical, emigrado em Inglaterra, nos anos vinte. José de Arriaga será um dos seus herdeiros mais directos (*Historiografia...*, 1998, p.96). Em 1882, virá a público o seu livro *A Inglaterra, Portugal e as suas Colónias*, no qual o escritor faz o historial da aliança de Portugal com Inglaterra, desde a Idade Média até ao tratado de Lourenço Marques. Arriaga afirma que a regeneração do país exige a independência do “domínio esmagador” de Inglaterra e defende a importância das colónias africanas para Portugal, lamentando o desprezo a que os governos as têm votado. Se os ingleses são “os nossos odientos exploradores”, Espanha é o nosso segundo inimigo externo, pois “quer anexar-nos” (*A Política Conservadora...*, 1880, p.486). O iberismo, defendido por nomes como Latino Coelho, Antero de Quental ou Henriques Nogueira não colheu na segunda geração republicana, responsável pelo surgimento do Partido Republicano. Nem Teófilo nem Arriaga foram sensíveis à argumentação iberista, nomeadamente, por ela ser pouco popular junto de largas camadas da população. Todavia, o motivo principal da rejeição do iberismo residia no facto de, nas duas últimas décadas do século, o discurso nacionalista ter ganho uma grande projecção em toda a Europa, em todos os sectores políticos, com excepção do movimento socialista. Em Portugal, o Partido Republicano foi o mais feliz na captação desse sentimento, graças a uma estratégia de exaltação nacional que teve no Ultimatum britânico (1890) o seu momento de ouro. Ainda em 1882, Arriaga colabora no *Dicionário Universal Português*, inspirado no *Dicionário Larousse*, editado por Henrique Zeferino de Albuquerque. Nos anos oitenta, colabora em diversos jornais republicanos –, *Era Nova*, *Folha do Povo* e *Democracia*. Neste último, publica vários artigos acerca de Manuel Fernandes Tomás que vêm a integrar a sua obra sobre a revolução de 1820. Em 1883, assina vários artigos sobre música moderna, numa revista de letras e artes, designada *Perfis Artísticos*, dirigida por Zacarias d’ Aça. A nova série, intitulada *Perfis Literários e Artísticos*, tem Arriaga como director e pretende dedicar-se à divulgação da arte e dos artistas portugueses, bem como dos “monumentos nacionais”, na senda do nacionalismo cultural prosseguido pelos intelectuais do final do século. O escritor colabora nesta demanda com uma biografia de Machado de Castro e um artigo sobre o monumento a D. José I. No total, saem seis números da revista. Em 1886, tem ele 38 anos, surge então o seu primeiro trabalho sério de história contemporânea, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, ao qual sucede a *História da Revolução de*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Setembro* (1892). Com estes dois livros, Arriaga dá um contributo valioso para a história de dois momentos chave do processo de implantação do liberalismo em Portugal. Na sua *História da Revolução Portuguesa de 1820*, um vasto estudo em dois volumes, o escritor consegue recriar inteiramente o mito de 1820 como o grande momento inaugurador da modernidade de Portugal. Mas, antes disso, é oferecida ao leitor, como introdução, uma sinopse da história de Portugal. Encontramos a marca de Herculano em vários domínios, nomeadamente na imagem de um período medieval dominado pelo “regime municipal e parlamentar”. Como muitos historiadores do séc. XIX, Arriaga olha para o passado com os olhos do presente sem qualquer escrúpulo na utilização de conceitos inadequados à época histórica. É o caso da identificação das cortes medievais com o regime parlamentar, entre outros. A Igreja é apontada como a grande responsável pela morte do regime medieval. “Os papas” quiseram formar grandes impérios católicos para lutarem contra o protestantismo, defende o historiador. O discurso republicano herda a desconfiança e a animosidade de muitos intelectuais do liberalismo em relação à Igreja, em particular, à Companhia de Jesus (a tradição anti-jesuítica remonta, todavia, ao século XVIII, de que é testemunho a *Dedução Cronológica e Analítica*) e à Inquisição (plasmada exemplarmente na obra de Herculano, *História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 1854-1859). Arriaga radicaliza este discurso. Segundo o historiador o país cai em desgraça a partir do reinado de D. Manuel e isso ficou a dever-se essencialmente à Igreja. D. Manuel, “rei fraco” não resistiu. A respeito do momento da “queda”, Arriaga segue a interpretação do historiador alemão H. Schaefer em detrimento da de Herculano para o qual a queda teria acontecido com a introdução do Tribunal do Santo Ofício e da Companhia de Jesus, no reinado de D. João III (*Historiografia...*, 1998, pp.206-215). A partir do reinado manuelino, Portugal fica nas mãos de dois interesses estrangeiros: o Papa e Espanha (*História da Revolução Portuguesa...*, vol. I, 1886, p. 17). Em 1580, Espanha toma conta do país com o apoio de jesuítas e inquisidores. Os jesuítas dominam a cultura, submetem a Universidade e reduzem o país à “ignorância”. Com a Restauração nada muda. Portugal prossegue o seu “caminho de rezas”, os “espectáculos dos autos-de-fé”, “a sopa dos conventos, as procissões, as missas cantadas, os terços e os sermões” (*Idem*, p. 150). Só Pombal conseguirá alterar este estado de coisas com a sua política ousada de grande reformador. Arriaga, no seu afã anti-clerical, reduz praticamente a evolução da história portuguesa à influência esmagadora exercida pela Igreja. Antero, nas célebres *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* (1870) também apontara o dedo ao catolicismo pós-Trento, mas associara-lhe dois outros factores (o absolutismo e as conquistas). Arriaga, sendo historiador - enquanto Antero não o era de todo - faz uma simplificação exagerada do problema, cuja explicação reside certamente no seu militantismo republicano. A *História da Revolução de Setembro*, em 3 grossos volumes, respira um ar um pouco diferente da *História da Revolução Portuguesa de 1820*, já que, para o escritor, a revolução de Setembro revelou-se inferior à de vinte. Esta obra será objecto de uma crítica, com mais de cem páginas, por parte do escritor monárquico Marques Gomes, intitulada *A verdade histórica e a história da Revolução de Setembro por José de Arriaga* (1894). Marques Gomes procede a uma leitura minuciosa da obra de Arriaga fazendo numerosas correcções relativamente a interpretações que considera abusivas, bem como a factos que



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

entende carecerem de comprovação documental, alguns dos quais o historiador classifica de “fantasias” (*A Verdade Histórica...*, 1894, p.507). No campo das interpretações, Marques Gomes insurge-se particularmente contra a predominância que Arriaga concede ao “espírito democrático” no Portugal de oitocentos (*Idem*, p.548). Crítica certa de um monárquico conservador que se recusa a aceitar a dramatização da história operada por Arriaga. Crítica corajosa também, já que a opinião republicana estava a açambarcar o espaço público de forma irresistível. Antes do fim do século (1898), Arriaga elaborará o “Prólogo” do *Catálogo dos Manuscritos da Antiga Livraria dos Marqueses de Alegrete, dos Condes de Tarouca e dos Marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante, a Condessa de Tarouca*. O historiador vê no arquivo e na livraria destas casas nobres “dois verdadeiros monumentos literários dos séculos XVII e XVIII” “que permitem conhecer o trabalho intelectual dos dois séculos” (“Prólogo”, p. XVI). Sendo os republicanos muito severos na avaliação dos dotes intelectuais das elites aristocráticas do Antigo Regime, não deixa de ser curioso o deslumbramento de Arriaga com esta biblioteca, fazendo afinal jus às suas origens aristocráticas. No início do século XX, escreve *Oitenta anos de Constitucionalismo Outorgado* (1905), cujo propósito, à semelhança de *A Política Conservadora...*, é meramente propagandístico. Contudo, tinham-se passado cerca de vinte anos. O discurso anti-monárquico endurecera. Agora só a República podia sanear a sociedade portuguesa dos males de que padecia. Em 1907, sai um livro de outra natureza: *As Civilizações do Oriente e do Ocidente*, projecto ambicioso de que concretizou apenas o primeiro volume (*As Civilizações do Oriente*). Em 1911, vem a público o seu último livro, dedicado ao “Dr. António José de Almeida, ilustre republicano e democrata”: *Os Últimos Sessenta Anos da Monarquia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*. Finalmente, a República triunfara e com ela o “princípio democrático”, a culminar uma luta feroz contra o “princípio monárquico” (*Os Últimos Sessenta Anos...*, 1911, p.8). Muitos se tinham batido pela “revolução nacional”. Arriaga, que tanto enfatizara o pacifismo da revolução de 1820, presta agora homenagem ao “heroísmo, abnegação e amor pátrio de Buiça e Costa” (*Idem*, p. 227). Neste pequeno livro, o escritor não escreve nada de novo, porém, a legitimação e consolidação do novo regime necessitava da repetição de um discurso maniqueísta que associasse a Monarquia às trevas e a República à luz e Arriaga era exímio nisso. Apesar de toda a sua parcialidade, a revolução de 1820 deve muito a José de Arriaga. Sem ele, permaneceria na sombra, mal-amada pela historiografia liberal, desde que Herculano a desclassificara como revolução demagógica de palavras e não de actos, ao contrário da ruptura protagonizada pela vitória de 1834 contra D. Miguel. O escritor devolve ao vintismo a mística de que ele só tinha verdadeiramente gozado pela boca dos seus heróis. Em 1820, a nação levantara-se contra o rei absoluto e os “invasores ingleses” após o que as cortes constituintes se reuniram para redigir uma constituição ímpar pelo seu “espírito democrático”. No discurso de José de Arriaga estão inscritos dois conceitos-chave que inspiram e estruturam toda a narrativa – a revolução, enquanto momento de excepção, e o povo, enquanto classe portadora de um patriotismo exemplar, feito de abnegação e amor pela pátria. A revolução é vista por Arriaga como algo que ultrapassa a consumação de uma necessidade social. Não encontramos na sua narrativa o temor, normalmente expresso na



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historiografia liberal, em relação aos riscos de anarquização de sociedade e de revolta da plebe contidos em qualquer processo revolucionário. A revolução possui algo de transcendente, ocasião exemplar, excepcional, envolvendo o colectivo da nação, numa comunhão de vontades. Verdadeiro momento catártico de libertação de todos os males do passado e início de uma nova vida - a revolução de vinte foi tudo isso. Através dela, o escritor procede a uma espécie de pedagogia da revolução, tentando desfazer os receios acumulados, ao longo de gerações, contra os processos revolucionários, e utilizando a história para transmitir a ideia da revolução como instância regeneradora da sociedade. Portugal é transfigurado em país revolucionário, pautado por uma série de movimentos libertadores e Afonso Henriques equiparado a Fernandes Tomás (*História da Revolução Portuguesa...*, 1886-1887, p. 634). Este é outro exemplo de anacronismo, testemunhando o desejo de José de Arriaga de escrever uma “história popular, acessível e manejável por um leitor comum” (*Historiografia...*, 1998, p. 67). O povo é a outra grande paixão do escritor. O conceito de povo foi sofrendo modificações ao longo do século XIX. O vintismo adopta uma imagem muito positiva de povo, confundindo-o, nomeadamente no discurso de Fernandes Tomás, com “nação” e “opinião pública”. Esta visão, porém, convive com outra, crítica, partilhada por liberais e contra-revolucionários, que vê no povo uma propensão inata para o tumulto, confirmada, aos olhos destes homens, pela experiência da revolução francesa. O povo, fator de “excessos”, será aliás uma imagem recorrente no discurso do liberalismo português (“Povo- Povos”, *Ler História*, 2008, 55, pp.141-154). Em síntese, para a intelectualidade oitocentista – de Herculano a Oliveira Martins – as classes populares, rurais e urbanas, desprovidas de “interesses materiais ou morais” próprios (de acordo com a distinção feita por Herculano entre plebe e povo) ocuparam quase sempre um lugar pouco recomendável, associado a surtos de violência e anarquia, às guerras civis e ao miguelismo. Isto sem prejuízo de uma atitude paternalista, muito comum nas elites, em defesa da instrução e da “felicidade do povo”. Encontramos excepções, na ala radical do setembrismo, concretamente em José Estevão, ou na visão romântica do povo dos campos de Almeida Garrett apresentada no seu *Romanceiro* (1843) (*Idem*, p.149 e p.151). O discurso republicano opera uma alteração semântica no conceito. O povo desordeiro da cultura monárquica, excluído da cidadania activa pelo regime liberal, é transmutado no representante mais puro da nação. Concretamente, o povo desdobra-se, em Arriaga, em dois tipos: o povo-dócil – “sempre foi o mais pacífico e respeitador da ordem em Portugal” (*História da Revolução de Setembro*, vol. II, 1892, p.407) - e o povo-vítima. Esta nova maneira de encarar o povo ultrapassa as fronteiras político-partidárias, sendo amplamente devedora de dois fenómenos correlacionados: o ambiente nacionalista do final do século e o processo de “monumentalização do povo” (na linguagem da Antropologia), operado pela etnografia do final do século, nas mãos de intelectuais de filiação republicana, como Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso. Porém, José de Arriaga é, porventura, o escritor que mais contribui para o mito do povo, o qual, nas suas páginas, adquire uma série de características únicas: “o coração da nação”, “dotado de um bom senso admirável (...) é o primeiro a aceitar tudo quanto for a bem da pátria e da humanidade. É a classe que tem mais vivos os instintos nacionais” (*Idem*, p.587). Em Arriaga, fala o republicano e fala o aristocrata, testemunhando o seu paternal carinho



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pelas classes populares. Sendo o povo o motor da história, não esperaríamos encontrar neste historiador um grande apreço pelos dirigentes políticos, para mais tratando-se de homens fiéis à monarquia. O historiador é adepto da filosofia positivista da história e critica os que atribuem excesso de protagonismo aos estadistas (*História da Revolução Portuguesa...*, vol. I, 1886-1887, p.633). Todavia, paradoxalmente, Arriaga não se coíbe de pôr nos píncaros duas figuras: Pombal e Fernandes Tomás. O primeiro é objecto de uma ardente admiração por parte dos republicanos em geral. Estes colaboram activamente na organização das comemorações do primeiro centenário da sua morte, edificando dele uma memória de lutador contra a prepotência religiosa, reformador do ensino e modernizador da economia. Arriaga vê em Pombal um precursor da revolução vintista (*Idem*, p. 178). Manuel Fernandes Tomás dá um passo em frente: “[Ele] representa a última palavra da grande obra pombalina ou a revolução política” (*Idem*, pp. 633-634). O dirigente vintista assume aos olhos do escritor uma dimensão verdadeiramente mítica só comparável à paixão acalentada pelo povo. O seu retrato é um dos mais apaixonados da literatura política: corpo e alma numa simbiose única. O corpo era “colossal”, “figura de romano, corpulento” como se pede a um estadista que queira impressionar. O olhar era “firme, resoluto e inteligente”, os olhos eram “negros, rasgados e brilhantes”, o rosto era “expressivo e insinuante”. A alma, essa, era “franca, generosa e leal”, o carácter, “perseverante, austero e de heróicas resoluções”, o coração, “bom, justo e generoso”, só sabendo dizer “a verdade casta e pura” (*Idem*, p. 645). Este homem será responsável pela transformação do 24 de Agosto numa “revolução nacional” e “democrática”, um conceito muito importante na obra de Arriaga e no projecto republicano em geral. “Revolução nacional” porque definiu o seu rumo e se desenvolveu de forma independente, rejeitando qualquer influência estrangeira, e porque congregou toda a nação. “Democrática”, porque os representantes do povo fizeram aprovar uma constituição que consagrou o princípio da “soberania nacional”. A revolução de 36, tendo sido feita “espontaneamente pelo povo”, foi atraída pelos dirigentes revolucionários. Passos Manuel não era Fernandes Tomás, “não tinha a rigidez, firmeza e constância” dele (*História da Revolução de Setembro*, vol. II, 1892, p.83) e era vulnerável à sedução régia. Daí que a revolução de 36 tenha sido “idealista, romântica, frouxa, tibia e incoerente” (*Os Últimos Sessenta Anos...*, 1911, p.82). Finalmente, um último conceito caro a Arriaga é o de ditadura. A boa ditadura é a do povo, de que são referências a de Pombal e a de Passos Manuel. A má ditadura é a de D. Pedro. A ditadura de Passos foi “franca, de vistas largas e arrojadas, sem ser despótica e opressora como a de D. Pedro” (*História da Revolução de Setembro*, vol. II, 1892, p.87). O conceito de ditadura não teve, no século XIX, o sentido pejorativo atribuído ao conceito de despotismo. A ditadura, em Arriaga, pode ser “boa”, não se confundindo com o despotismo. Outros republicanos a defenderão. É o caso de Basílio Teles “partidário irreductível das ditaduras”, embora reconheça que apenas as ditaduras breves contam com o apoio dos seus correligionários, enquanto as prolongadas merecem “os anátemas de toda a ortodoxia democrática” (*As Ditaduras...*, 1911, p.34). Também para os republicanos espanhóis finisseculares, a defesa da ditadura constitui um lugar comum, enquanto forma excepcional de governo ( “Dictadura”, in *Diccionario Político y Social...*, 2003, pp.245-249). As obras de José de Arriaga foram votadas ao esquecimento. Durante a



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

República, os interesses da historiografia portuguesa afastaram-se do século XIX e o Estado Novo manteve, prudentemente, este período histórico fora dos planos de estudos universitários. Após o 25 de Abril, o entusiasmo dos investigadores pela época contemporânea permitiu reencontrar Arriaga, mas com a cautela de se estar a ler uma obra em que a história está ao serviço inequívoco de uma ideologia. Não houve reedições a não ser uma (pela Guimarães, em 1980) respeitante a um capítulo da *História da Revolução Portuguesa de 1820*, dedicado à filosofia portuguesa (1720-1780), com prefácio e notas de Pinharanda Gomes.

**Bibliografia activa:** *A Influência do Cristianismo nas Ideias Modernas*, 1870 [manuscrito]; *A Política Conservadora e as Modernas Alianças dos Partidos Políticos Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1880; *A Inglaterra, Portugal e as suas Colónias (dedicado à Comissão Executiva do centenário do Marquês de Pombal)* Lisboa, Tipografia do Comércio, 1882; *As Raças Históricas na Lusitânia*, Lisboa, David Corazzi Ed., 1883; *História da Revolução Portuguesa de 1820*, 2 tomos, Porto, Livraria Portuense, Lopes e C<sup>a</sup> Editores, 1886-1887; *História da Revolução de Setembro*, 3 tomos, Lisboa, Companhia Nacional Editora, s.d. [1892]; *Catálogo dos Manuscritos da Antiga Livraria dos Marqueses de Alegrete, dos Condes de Tarouca e dos Marqueses de Penalva e Pertencente à sua Actual Representante, a Condessa de Tarouca*, Lisboa, Imprensa João Romano Torres, 1898; *As Civilizações do Oriente e do Ocidente*, Tomo I: *As Civilizações do Oriente*, Porto, Tipografia de Artur José de Sousa e Irmão, 1907; *Os Últimos Sessenta Anos da Monarquia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1911; *A Questão Religiosa*, Porto, Livraria de Alfredo Barbosa de Pinho Lousada, s.d. [1905]; *La Monarquía y el Siglo*, Madrid, Impr. y Lit. de Julián Palácios, 1902.

**Bibliografia passiva:** “Arriaga, José de” in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d. [1935-1960], vol. III, pp.357-358; BRAGA, Teófilo, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, 2 vols., Porto Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1892; CATROGA, Fernando, “Positivistas e republicanos” in *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp.87-115; FERREIRA, Fátima Sá e Melo, “Povo- Povos”, *Ler História*, 2008, 55, pp. 141-154; FERREIRA, Fátima Sá e Melo, “Entre viejos y nuevos sentidos: “Pueblo” y “Pueblos” en el mundo iberoamericano entre 1750 y 1850” in Javier Fernández Sebastián (dir.), *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano, Iberconceptos I*, Madrid, Fundación Carolina, 2009, pp.1117-1138; GUEDES, Natália Correia, “Os Últimos Vínculos Arriaga Brum da Silveira e o Herdeiro Manuel de Arriaga” in Sérgio Campos Matos (coord.), *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp.153-190; GOMES, J. A. Marques, “A verdade histórica e a História da Revolução de Setembro por José de Arriaga” in *Lutas Caseiras: Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa, Imprensa nacional, 1894, pp. 485-620; LEITÃO, Ruben Andresen, “Arriaga, José de”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992-2000 (1<sup>a</sup>

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ed. 1963-1968), vol I, p.207; MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998; PINA, Ana Maria, *A Quimera do Ouro. Os Intelectuais Portugueses e o Liberalismo*, Oeiras, Celta Editora, 2003; TELES, Basílio, *As Ditaduras, o Regime Revolucionário*, Famalicão, Tipografia Minerva editora, 1911; SEBASTIÁN, Javier Fernández, “Dictadura” in *Diccionario Político y Social del Siglo XIX Español*, Madrid, Alianza Editorial, 2003, pp.245-249; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Arriaga, José de” in *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura*, Lisboa, Ed. Verbo, 1963-1980, 2º vol., p. 1331; SILVA, Inocêncio Francisco da, “José de Arriaga Brum da Silveira”, in *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p.250; SILVA, Inocêncio Francisco da, “José de Arriaga Brum da Silveira”, in *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo XII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp.407-408

Ana Maria Pina



APOIOS:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**BNP** BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA